

CONSELHO DE OPINIÃO

Parecer

Relatório de Actividade e Contas de 2005 da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, S.A., Radiodifusão Portuguesa, S.A., e RTP – Meios de Produção, S.A..

O Conselho de Opinião (C.O), dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme o art. 6.º n.º 2, alínea a), da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, bem como ao art. 22 dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., vem emitir o seu Parecer relativo ao exercício de 2005:

I. Introdução:

O Conselho de Opinião (CO) congratula-se por, finalmente, o documento que expressa a actividade e as contas do Grupo Rádio e Televisão de Portugal (RTP) apresentar uma visão detalhada, coerente e de conjunto do trabalho desenvolvido, tal como repetidamente se vinha alertando para que fosse feito.

Há ainda, para além da citada, mais quatro notas positivas resultantes da actividade desenvolvida em 2005, e que importa destacar, uma vez que se trata de matérias que, repetidamente, o CO vinha recomendando:

- investimento feito na formação dos recursos humanos e nos novos meios tecnológicos adquiridos;
- olhar a língua e a cultura portuguesa como uma mais valia estratégica;
- utilização, pela primeira vez, de meios de avaliação quantitativa que permitem começar a perceber melhor o impacto do serviço público de rádio e televisão na população portuguesa;
- Uma maior transparência de informação financeira.

Falta, contudo, um enquadramento económico geral e do sector audiovisual (rádio e televisão) em particular, e a evolução comparativa das audiências, consumo de televisão, géneros de programação e evolução de produção. Seria igualmente interessante que se pudesse ter um enquadramento geral do sector público europeu e do próprio percurso desenvolvido pela RTP a esse nível.

II. Actividade – Serviço Público

1. Radiodifusão

- 1.1. Todos os elementos recolhidos apontam para uma melhoria significativa do serviço público de rádio em todo o universo RTP. Porém, quer nos domínios, por exemplo, referente ao ambiente e à imigração, quer nos do trânsito e da terceira idade ainda há um longo caminho a percorrer.

CONSELHO DE OPINIÃO

As rádios públicas precisam de reencontrar o seu espaço de diálogo com o tecido social português, em permanente transformação, e, por isso, a necessitar de adequada programação.

Quando todos reconhecem já que os próximos conflitos sociais serão conflitos geracionais, importa que o Serviço Público de Comunicação Social se antecipe e crie pontes de diálogo entre gerações, promovendo actividades que unam e não que dividam.

Falta nos meios de comunicação social públicos, aliás como nos demais, um espaço de "Esclarecimento" que ombreie com o "Entretenimento", e "esclarecimento" não é simplesmente debate político, que raramente esclarece, ou propaganda em que raramente se acredita, é "informação trabalhada", dirigida directamente aos interesses das pessoas. Temas como os da Segurança Social, da Energia, do Ambiente, Trânsito, Saúde, merecem novas abordagens para esclarecer e ajudar a população portuguesa a entender melhor o que a espera no futuro.

- 1.2. Para além disso, as Antenas 1, 2 e 3, ao contrário da televisão, em especial a "2:", tem-se empenhado menos no tratamento das questões da imigração e da integração europeia. O alargamento da "Casa Comum da Europa" não pode ser esquecido nem ignorado. Temos novos parceiros, precisamos de os conhecer e também eles à nós.
- 1.3. A *Antena 2*, que tem sofrido um processo de rejuvenescimento, precisa de melhorar a qualidade e a diversidade de sua intervenção.
Com novas ofertas de programação na Internet e nos telemóveis, todos os indicadores apontam para que, num futuro breve, as rádios possam sofrer um decréscimo de ouvintes. Para isso, a melhor resposta estará na qualidade e na inovação da oferta. É preciso, pois, apostar em novos talentos, a que não faltam nem o conhecimento técnico e cultural nem a capacidade de improvisação.
- 1.4. As Antenas Regionais, apesar das melhorias introduzidas, precisam de recentrar a sua actividade, ligando o local e o nacional, com um tipo de intervenção de serviço público que as aproxime das populações que servem.
De qualquer forma, a reorganização física dos serviços, a renovação tecnológica e a formação desenvolvida e a desenvolver nesse sentido poderão colocar estas rádios de serviço público num modelo interativo vivificador das comunidades locais.
- 1.5. Por seu turno, das Antenas Internacionais espera-se que saibam aproveitar as novas tecnologias para chegar em melhores condições a todo o espaço da lusofonia. O meritório esforço que tem sido feito no sentido de aperfeiçoar os horários da informação e da programação tem que continuar.
Importa ter presente, em particular na emigração de segunda geração, que a rádio é o indispensável instrumento de aprendizagem da língua portuguesa e não raro o único meio de contacto com a realidade portuguesa contemporânea.

2. Televisão

- 2.1. Saúda-se a melhoria significativa dos serviços de informação, quer na RTP, quer na RTPN. Também a "2:" e os Canais Regionais, com especial destaque para os Canais dos Açores e da Madeira, apresentam uma informação mais sóbria e equilibrada.

CONSELHO DE OPINIÃO

Sendo certo que ainda não foi encontrado um paradigma informativo que identifique, como marca, os canais de Serviço Público, a verdade é que se nota um esforço de contenção, em tempo, nos blocos informativos, que, no entender deste Conselho, deve continuar.

Quanto aos conteúdos ainda existe muita “informação de eco”, mas esse será, decerto, o próximo desafio da RTP: melhorar a qualidade da informação.

Qualidade essa que passa também, seguramente, por maior pluralidade ideológica, mais independência e isenção de comentadores e convidados¹.

- 2.2. A Programação, na linha do que tinha sido anunciado no Plano de Actividades (PA), teve como eixo estratégico o desenvolvimento de temas de raiz nacional, importando destacar as apostas feitas no documentarismo nacional, no teatro e uma maior produção infantil e juvenil.

Este Conselho de Opinião lança o desafio aos responsáveis pelos conteúdos para que *olhem* a sociedade portuguesa contemporânea, não pela “espuma” do “glamour”, mas pela violenta realidade que advém do envelhecimento da população, da desertificação do interior, e da natural solidão que daí decorre. De igual modo, o triste espectáculo a que podemos assistir de agressão às crianças, cria em nós a necessidade de tratarmos as nossas crianças com o respeito e o amor que merecem. A rádio e a televisão de serviço não podem ficar indiferentes a este tipo de realidade, não devendo ficar pelos meros relatos da informação.

- 2.3. Teria sido bom, por exemplo, como acontece na *página 12* do Relatório, que as afirmações referentes ao horário privilegiado da Ficção Nacional viessem clarificadas e se isso correspondia a um horário nobre ou *prime time*. De facto, não é indiferente optar por uma ou outra posição.

Igual modo, a ausência de rigor, por falta de comprovação de algumas afirmações, merece o reparo deste Conselho. A saber:

- na *página 14*, no que refere à distinção entre o operador público e os privados (formativos/grandes debates/projectos de solidariedade social), sem que se siga qualquer comparação em concreto;
- na *página 17*, sobre o canal a “2:”, quando fica por clarificar o peso dos programas nacionais na programação de stock, assim como o peso das repetições nas 1000 horas de emissão, tendo como base as parcerias;
- na *página 18*, ainda sobre o canal a “2:” quando se conclui que existe um desvio de 5,4% das audiências favorável aos homens, mas não se refere depois, nas faixas etárias quais os desvios existentes e qual a estratégia alternativa para atingir diferentes faixas de forma mais equilibrada;
- na *página 19*, e para o caso da RTP Memória, de que não se pode deixar de fazer ressaltar o êxito, pese embora ainda exista um longo caminho a percorrer em especial no que se refere aos critérios de escolha, ao falar-se nas décadas de 1957 a 1995, quando o que se pretendia dizer era, decerto, o período.

- 2.4. A matéria referente à Cooperação merece um particular reparo deste Conselho. De facto, o que nos é apresentado como cooperação com os Países de Língua Portuguesa, para além de nunca se referir ao Brasil, este ponto trata, pura e

¹ *Estas recomendações aplicam-se tanto à Rádio como à Televisão.*

CONSELHO DE OPINIÃO

simplesmente, de ajuda. E ajuda e cooperação não se podem confundir nem no domínio dos princípios, nem no que se refere à estratégia empresarial. Cooperar significa desenvolver acções no plano internacional, com o objectivo de assegurar a prossecução sistematizada de interesses comuns. Ora, o que nos é apresentado como cooperação traduz-se aqui, apenas e tão só, naquilo que a RDP ou a RTP realizaram de ajuda em 2005, nada nos dizendo sobre o que a empresa usufruiu em troca.

- 2.5. Reparos feitos, em passado recente, sobre os Arquivos e o Museu encontram agora encorajador eco, que nos apraz registar. Chegado será o momento em que o acervo de conteúdos, quer da rádio quer da televisão, seja visto e tratado cada vez mais como “património da empresa”.

III. Análise às Contas Consolidadas da Rádio e Televisão de Portugal SA

1. Antes de toda e qualquer análise, destaca-se que as contas se encontram certificadas e auditadas.

A nossa análise será, pois, apenas e tão só sobre a constatação de elementos que poderão levantar algumas dúvidas quanto à estratégia seguida pelo Conselho de Administração.

Isto não quer dizer que a estratégia seja boa ou menos boa – a nossa análise não contém, nesse domínio, juízos de valor.

Assim, constatamos que os Custos Operacionais decresceram cerca de 6% face ao ano anterior. Nesta redução toma relevo a renegociação salarial que o Conselho de Administração delineou como a essencial para uma revitalização das empresas em questão.

Desta forma, o Resultado Operacional consolidado foi positivo e superior ao ano de 2004 em 15 milhões de euros. Daqui resultou um *cash flow* operacional superior a 20 milhões de euros, o que permitiu continuar o programa de investimentos sem recurso a endividamento.

Pese embora todo o esforço e resultados anteriormente apresentados, os Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários continuam negativos. Estes resultados ultrapassam largamente, em muito, o valor positivo verificado no Resultado Operacional, pelo que o Resultado Líquido do Exercício é negativo em 31,9 milhões de euros.

Uma nota ainda, ao nível da Demonstração de Resultados, para a redução verificada na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos. Embora não muito expressiva, esta redução é meritória, uma vez que ocorre numa das rubricas que, frequentemente, tende a crescer todos os anos.

Ao nível do Balanço, regista-se uma redução do Activo Líquido de 2004 para 2005, o que traduz a política de desinvestimento em activos não directamente

CONSELHO DE OPINIÃO

relacionados com a principal actividade da empresa. Em paralelo, verificou-se uma redução nas Dívidas a Instituições de Crédito.

Como resultado desta opção de gestão, a rubrica Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado subiu de 2004 para 2005, como resultado da aplicação do *cash flow* operacional no plano de investimentos delineado pelo Conselho de Administração.

Vimos igualmente com agrado a redução da Dívida de Clientes de Curto Prazo, mas com alguma preocupação notamos um acréscimo superior a 90% na rubrica Clientes de Cobrança Duvidosa.

As rubricas Estado e Outros Entes Públicos, Adiantamento a Fornecedores e Outros devedores registam reduções assinaláveis.

No lado do Passivo, regista-se o aumento da dívida para com o Estado e Outros Entes Públicos. Ao que foi dado a perceber, esta situação decorre de incumprimento do Estado para com a RTP. No entanto, gostaríamos de ver esta situação esclarecida de uma forma mais evidente.

Realce, igualmente, para a redução das Dívidas de Crédito de Médio e Longo Prazo a Instituições de Crédito em 32,2 milhões de euros.

Ao nível das Provisões, a redução destas referentes a Impostos poderá demonstrar um maior rigor na expectativa de impostos estimados; já quanto à rubrica Outras Provisões, regista-se um decréscimo em provisões para processos judiciais em curso na ordem dos 4,8 milhões de euros e 2,4 milhões para outras provisões.

O Resultado Líquido do Exercício, devido à quebra das Receitas Extraordinárias, apesar da melhoria dos Resultados Operacionais, continua a ser negativo 31,93 milhões de euros, mais 25,926 milhões de euros do que em 2004.

Quanto ao Capital Próprio, uma melhoria no seu valor global, mas este ainda continua negativo em 757 milhões de euros.

Este facto é evidenciado pelo ROC que, no entanto, faz ressaltar a assumpção de responsabilidades por parte do accionista Estado.

2. Análise às contas RTP – SPT

Devido ao forte investimento realizado, constata-se um aumento dos custos da RTP – SPT ao nível da conta Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas. Este acréscimo foi mais forte do que as reduções verificadas nas contas de FSE, Custos Com o Pessoal, Amortizações, pelo que o Custo Operacional aumentou de 2004 para 2005.

As prestações de serviços também decresceram pelo que o Resultado Operacional é negativo e superior ao do ano passado.

CONSELHO DE OPINIÃO

Também os Resultados Financeiros e Extraordinários são negativos o que implicou um Resultado Líquido do Exercício negativo em 20,1 milhões de euros, mais 6,5 milhões que em 2004.

Ao nível do Balanço verifica-se uma redução do Activo Líquido resultante quer da quebra verificada nas Imobilizações Corpóreas, quer (e sobretudo) pelo decréscimo nas Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, onde a rubrica Outros Devedores decresceu cerca de 16 milhões de euros.

O Passivo reduziu-se em 2 milhões de euros tendo sido as rubricas Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo, bem como as rubricas de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, Fornecedores c/c e Outros Credores os que mais contribuíram para tal redução.

Regista-se uma quebra nos Capitais Próprios decorrentes, por um lado, pelo acréscimo negativo do Resultado Líquido do Exercício e, por outro lado, pelo incremento da rubrica Resultados Transitados em 1,79 milhões de euros

3. Análise às contas da RDP

A RDP verifica uma redução no Resultado Operacional devido a um decréscimo das Prestações de Serviços não compensada por igual redução significativa nos custos.

No entanto, quer o Resultado operacional, quer o Resultado Financeiro, quer o Resultado Corrente são positivos. Assim, o Resultado Líquido da empresa passou de 44,7 mil euros em 2004 para 236,8 mil euros positivos em 2005.

4. Análise às contas da RTP – Meios de Produção

O aumento de custos é, entre outras razões, justificável pelo aumento da prestação de serviços. No entanto, verifica-se uma quebra acentuada nos Resultados Extraordinários.

Mesmo assim, o Resultado antes de Impostos é superior ao do ano de 2004. Pese embora este facto, o Resultado Líquido do Exercício é inferior ao do ano passado. Esta circunstância prende-se com os acréscimos à matéria colectável, onde algum tipo de despesas aceites na RTP – Meios de Produção poderão não ser aceites na totalidade como custo e, dessa forma, acrescerem à matéria colectável.

Assim, apesar do crescimento dos Resultados Operacionais, o Resultado Líquido do Exercício baixou entre 2004 e 2005 de 711.532 euros para 539.337 euros.

6. Destaque

Registe-se o facto de os Administradores da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., terem emitido uma declaração de interesses na parte final do Relatório de Gestão.

CONSELHO DE OPINIÃO

Na verdade, percebe-se o motivo pelo qual tiveram necessidade de assim proceder, pelo que este Conselho de Opinião realça a atitude.

IV Em Conclusão.

O Conselho de Opinião recomenda que se continue a melhorar qualitativamente este importante instrumento de apreciação da actividade da Empresa e de prestação de Contas, e destaca o esforço de todos quantos, ao longo do ano de 2005, pugnaram pelo rigor na gestão.

O profissionalismo demonstrado pelos Trabalhadores e pelos Gestores da Empresa, apontam para que se possa crer que é possível, apesar das dificuldades financeiras, fazer um serviço público de qualidade e criar as bases para a melhoria tecnológica que a Empresa tem, necessariamente, que enfrentar num futuro próximo.

Assim sendo, o Conselho de Opinião dá Parecer favorável ao Relatório e às Contas e louva a Administração e os Trabalhadores da Empresa pela competência, empenho e dedicação demonstrados no cumprimento da obrigação de desenvolver os serviços públicos de Rádio e Televisão.

Lisboa, 29 de Maio de 2006

O Presidente

(Manuel Coelho da Silva)